

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.560 - SP (2018/0119010-2)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **CHAFIC JELEILATE JUNIOR**
AGRAVANTE : **REGIANE APARECIDA BALOG**
ADVOGADO : **CARLOS MAURÍCIO BARBOSA PAVÃO - SP128715**
AGRAVADO : **ARLEN ULISSES DE ARAUJO FEITOSA**
AGRAVADO : **LUZIA CAPECCI FEITOSA**
ADVOGADOS : **GLEISON MACHADO SCHÜTZ - RS062206**
: **LUCAS HECK E OUTRO(S) - RS067671**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). AGRAVO DE INSTRUMENTO DA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DA APELAÇÃO E NÃO APLICOU O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE VIOLADO OU INTERPRETADO EM DIVERGÊNCIA NÃO INDICADO. SÚMULA N. 284/STF.

AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por CHAFIC JELEILATE JUNIOR e REGIANE APARECIDA BALOG contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 266):

AGRAVO REGIMENTAL. Insurgência contra decisão monocrática que negou provimento ao agravo de instrumento. As reiterações dos agravantes em nada alteram o entendimento deste Relator. O intuito do agravo regimental não é rediscutir o mérito ou apresentar novos argumentos que não tenham sido lançados no instrumento, mas sim requerer a submissão do processo ao julgamento colegiado. Por esta razão a decisão agravada merece ser confirmada por seus próprios termos.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de rescisão contratual. Extinção da ação sem resolução de mérito, com prosseguimento da reconvenção. Interposição de apelação.

Irresignação em relação ao não recebimento do recurso.

Superior Tribunal de Justiça

Decisão atacada que pôs fim à ação principal, porém não findou o processo, de modo que possui a natureza de decisão interlocutória, a ser desafiada por agravo de instrumento, e não apelação. Precedentes. Recurso interposto além do prazo de agravo de instrumento, corroborando a inviabilidade da adoção da fungibilidade recursal. Recurso improvido. Agravo regimental improvido.

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente, em síntese, requer que sua apelação, manejada em face da decisão que extinguiu a ação principal e determinou o prosseguimento da reconvenção, seja conhecida, porque compatível com a natureza da decisão recorrida, ou que seja recebida como agravo de instrumento, aplicado o princípio da fungibilidade recursal.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 283).

É o breve relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Com efeito, não há, na fundamentação do recurso, a indicação adequada da questão federal controvertida, porquanto a recorrente, embora faça referência a diversos dispositivos de lei federal, não aponta, de forma clara e objetiva, qual o artigo supostamente violado, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 284 do STF.

Ressalto que tal óbice aplica-se tanto para a interposição do recurso com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, quanto para a interposição com base em divergência jurisprudencial, tendo em vista que o recorrente não apontou dispositivo legal que teria obtido interpretação diversa da que foi dada por outro Tribunal (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Corte Especial, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 17/12/2009).

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará

Superior Tribunal de Justiça

sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

